



**OBJETIVO ESTRATÉGICO E. Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação**

**Meta 17 - Até 2015, cada Parte terá elaborado, adotado como instrumento de política e começado a implementar uma estratégia nacional de biodiversidade e um plano de ação efetiva, participativo e atualizado**

A Convenção da Diversidade Biológica recomenda aos países membros a elaboração de metas nacionais e regionais, utilizando o Plano Estratégico e suas Metas de Aichi como marco flexível, de acordo com prioridades e capacidades nacionais. Neste sentido e visando implementar as metas de conservação da biodiversidade aprovadas em 2010 na 10ª Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o WWF-Brasil, União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), lançou a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” com o principal objetivo de construir de forma participativa as metas nacionais relacionadas ao Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica para 2020. EM 2011, foram realizadas cinco grandes reuniões de consulta presenciais, além de inúmeras reuniões de preparação e qualificação junto a cinco setores da sociedade: empresarial, sociedade civil ambientalista, academia, governo (federal e estadual) e povos indígenas e comunidades tradicionais. Os participantes dos diversos setores elaboraram propostas de metas nacionais de biodiversidade, considerando as 20 Metas Globais de Biodiversidade (Metas de Aichi) tendo como orientação geral a necessidade de se chegar a um conjunto enxuto de metas para maior efetividade no seu alcance e monitoramento. Foram gerados 25 documentos (cinco para cada uma das cinco reuniões) contendo proposta de metas nacionais de biodiversidade para 2020 e de submetas intermediárias para serem alcançadas nos anos de 2013 a 2017. Todas essas propostas foram consolidadas em um único documento chamado de “Documento base da consulta pública. Para subsidiar o processo de consulta, debates e construção das metas nacionais, foram produzidas duas publicações lançadas ao longo de 2011. O documento Biodiversidade Brasileira: Análise de

Situação e Oportunidades<sup>37</sup> explica o que é a CDB e seu modo de funcionamento, aponta os resultados da COP-10 (Nagoya), aborda o contexto da situação da biodiversidade no Brasil e também desafios e oportunidades para a conservação nesta década. A situação atual do Brasil em relação as 20 metas do plano e aponta questões e caminhos para o seu alcance, foram apresentadas em Metas de Aichi: Situação atual no Brasil<sup>2</sup>.

A consulta pública foi realizada no período de 19 de dezembro de 2011 até o dia 31 de janeiro de 2012, obtendo mais contribuições da sociedade brasileira para a elaboração das metas nacionais de biodiversidade para 2020, além de uma análise crítica sobre as metas que foram propostas pelos setores consultados. O resultado deste processo foi apresentado em 2012, na Conferência das Nações Unidas Rio+20. Durante a COP 11 da Convenção das Partes, realizada na Índia em 2012, o resultado destas reuniões, conhecidas como Diálogos sobre Biodiversidade, aumentou o destaque do Brasil no evento.

As sugestões resultantes dos diversos debates da iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” foram encaminhadas à CONABIO – Comissão Brasileira da Biodiversidade, para análise e aprovação técnica e subsidiaram o trabalho desenvolvido pela Comissão ao longo de 2011 e 2013 para elaboração da proposta final de Metas Nacionais para 2020. A elaboração do Plano de Ação Governamental para alcance das Metas de Aichi ficará a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o MMA.

Recentemente, no dia 3 de outubro de 2013 o MMA publicou a Resolução CONABIO no 6 , que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Além das 20 metas nacionais o documento registra o histórico de sua elaboração, bem como sete princípios norteadores da sua implementação, definindo assim uma estratégia brasileira para garantir a conservação de espécies em território nacional.

No entanto, apesar do grande valor do acordo global e nacional, tal vitória só será de fato significativa se o Brasil se esforçar para implementar tais metas de

redução da perda de biodiversidade até 2020 em seus territórios, de forma conjunta e articulada com as três instâncias de Governo, Federal, Estaduais e municipais, com o setor empresarial e o terceiro setor.

Nos âmbitos estaduais e municipais identificou-se que são crescentes as iniciativas e preocupações em contribuir para que o Brasil alcance os cinco objetivos e 20 metas de Aichi – CDB 2020. De forma sistematizada e institucionalizada destaca-se a iniciativa do Estado de São Paulo que instituiu a Comissão Paulista da Biodiversidade por meio do Decreto 57.402/2011. A missão da comissão é coordenar a elaboração e implantação de estratégias para que se alcance a plena conservação da diversidade biológica no Estado de São Paulo e para o acompanhamento e implantação das metas Aichi em todo seu território. Cabe à comissão a elaboração do plano de ação com a finalidade de cumprir as Metas Aichi, o qual deverá ser executado no período de 2011 a 2020, sendo revisto e atualizado a cada doze meses. O plano de ação, apresentado em março de 2012, está estruturado em sete ações, sete projetos e 30 produtos, todos em consonância com as metas globais. Para visualizar, acesse:

[http://www.fapesp.br/eventos/2012/03/Rio20/Jose\\_Pedro.pdf](http://www.fapesp.br/eventos/2012/03/Rio20/Jose_Pedro.pdf)

Inovando mundialmente e visando acompanhar o cumprimento das Metas Aichi CDB 2020 com um recorte biomático, o CN-RBMA (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) definiu a partir de 2011, que o seu Programa Anuário Mata Atlântica passará a estabelecer um processo permanente de avaliação e monitoramento das metas. A primeira edição deste trabalho, “Anuário Mata Atlântica 2012: Panorama do cumprimento das Metas de Aichi (CDB 2020) no Bioma Mata Atlântica – Avanços, Tendências e Desafios” foi publicada e lançada por ocasião da Rio + 20, em junho de 2012. Para a edição deste Anuário Mata Atlântica 2013 , foi feita uma adequação metodológica do “Projeto Anuário Mata Atlântica : monitoramento do cumprimento das metas de Aichi – CDB 2020”, focando não só nos Objetivos Globais, eixo de análise do “Panorama ” de 2012, mas também em cada uma das Metas Globais e sua aplicação à Mata Atlântica , e em uma articulação mais forte com os governos subnacionais e o setor privado.

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=28443>.



Com os notáveis avanços obtidos para esta Meta 17, há uma expectativa positiva de que a mobilização alcançada por ocasião dos Diálogos para Biodiversidade seja retomada de imediato com o lançamento da Estratégia Nacional e o Plano de Ação, partindo-se assim para um grande esforço coletivo no sentido do cumprimento destes

compromissos. Para facilitação deste processo, espera-se também que seja definida, a partir de estudos e análises sobre o quadro atual dos vários temas chave da Convenção, a linha de base a partir da qual serão verificados de forma participativa os avanços e eventuais retrocessos.

## DESTAQUES DA META

- O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o WWF-Brasil, União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), lançou a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” e construiu de forma participativa as metas nacionais para 2020;
- EM 2011, foram realizadas consultas presenciais, além de reuniões de preparação e qualificação junto a cinco setores da sociedade: empresarial, sociedade civil ambientalista, academia, governo (federal e estadual) e povos indígenas e comunidades tradicionais, gerando documentos contendo propostas de metas nacionais de biodiversidade para 2020 e de submetas intermediárias para serem alcançadas nos anos de 2013 a 2017;
- Foram produzidas e lançadas em 2011 pelo MMA as publicações “Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades” e “Metas de Aichi: Situação Atual no Brasil”;
- O resultado do processo Diálogos sobre Biodiversidade foi apresentado em no Rio de Janeiro em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas Rio+20 e durante a COP 11 - Convenção das Partes, realizada na Índia, no mesmo ano, aumentando o destaque do Brasil nos eventos;
- Os resultados e propostas da iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” foram encaminhadas ao CONABIO – Conselho Brasileiro da Biodiversidade, para análise e aprovação técnica e subsidiaram a elaboração da proposta final de Metas Nacionais;
- Foi publicada no dia 3 de outubro de 2013 pelo MMA a Resolução CONABIO no6, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade/2020;
- Nos âmbitos estaduais e municipais identificou-se que são crescentes as iniciativas e preocupações em contribuir para que o Brasil alcance o os cinco objetivos e 20 metas de Aichi – CDB 2020;
- Destaca-se a iniciativa do Estado de São Paulo que instituiu a Comissão Paulista da Biodiversidade por meio do Decreto 57.402/2011, que coordena a elaboração e implantação de estratégias para o alcance da plena conservação da diversidade biológica no Estado e para o acompanhamento e implantação das metas Aichi/CDB 2020, em todo seu território;
- Avaliação e monitoramento das metas da biodiversidade, com recorte biomático, pelo Programa Anuário Mata Atlântica da RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), em processo permanente a partir de 2011;
- Lançamento primeira edição do “Anuário Mata Atlântica 2012: Panorama do cumprimento das Metas de Aichi (CDB 2020) no Bioma Mata Atlântica – Avanços, Tendências e Desafios” foi publicada e lançada por ocasião da Rio + 20, em junho de 2012;

- Elaboração e implementação do Plano de Ação Governamental para alcance das Metas de Aichi que está a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o MMA, de forma articulada com os governos subnacionais, setor privado e terceiro setor;
- Definição, a partir de estudos e análises sobre o quadro atual dos vários temas chave da convenção, da linha de base a partir da qual serão verificados de forma participativa os avanços e eventuais retrocessos;
- Retomada imediata da mobilização alcançada por ocasião dos Diálogos para Biodiversidade, partindo-se assim para um grande esforço coletivo no sentido do cumprimento destes compromissos;
- Fomentar no âmbito dos 17 Estados da Mata Atlântica, em seus municípios e junto ao setor privado, a sistematização e institucionalização de iniciativas que visem contribuir para que o Brasil alcance os cinco objetivos e 20 metas de Aichi – CDB 2020.;
- Prover recursos financeiros necessários à elaboração e implementação de instrumentos de política, planos de ação e estratégias para a biodiversidade.

## DESAFIOS QUE PERMANECEM

**Meta 18 - Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização habitual de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de comunidades indígenas e locais em todos os níveis relevantes**

A construção da sustentabilidade no Brasil, passa pela redução das desigualdades sociais, considerando os segmentos sociais e as características específicas regionais. A redução das desigualdades sociais é primordial para se atingir plenamente a sustentabilidade em todas as suas dimensões, pois pobreza e degradação ambiental integram indissociavelmente a pauta de problemas ambientais.

O desenvolvimento sustentável atualmente transformou-se em premissa no planejamento

político, principalmente por sugerir um novo rumo às relações humanas e ambientais, além de propor um novo modelo de integração e auto sustentabilidade baseado na participação das comunidades locais, visando o desenvolvimento local que se associe ao desenvolvimento sustentável.

Este padrão de desenvolvimento favorece mudanças profundas a partir das relações humanas e com o meio ambiente, transportadas ao método produtivo, visando a manutenção das fontes de recursos que influenciam diretamente o modo de viver da sociedade e respeitando a cultura das populações locais.

A Mata Atlântica abriga centenas de povos e comunidades tradicionais que vivem do uso de seus recursos naturais. Por décadas, gerações e até mesmos séculos, muitas dessas comunidades tradicionais tem sido exemplo de um convívio harmônico com o ambiente natural, pois dependem deste ambiente para manter seu modo de vida e sua cultura. Esta relação, na maioria dos casos pouco conhecida, se for estudada e mesmo mapeada, pode trazer contribuições significativas no processo de conhecimento, conservação e recuperação da Mata Atlântica, além de ajudar a repensar o modo de vida das sociedades contemporâneas com o ambiente em que vivem. Boa parte desses povos e comunidades tradicionais encontra-se “invisível”, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluída socialmente,

já que a questão primordial vinculada a elas é o acesso a terra ou território.

A conservação do território para essas comunidades é de grande importância, pois é ali que se mantêm vivas, na memória e nas práticas sociais, suas relações de apropriação e manejo de recursos naturais e sistemas tradicionais de produção, distribuição e consumo destes. É onde estão marcadas as histórias do grupo, seus ancestrais, seus sítios sagrados, sua visão de homem e de mundo. Sua manutenção física, cultural e econômica depende deste território.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, considera povos e comunidades como:

(...) “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. E os seus territórios como sendo: II (...) “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária....”.

Para o alcance das Metas Aichi /CDB 2020, trabalhar em parceria com essas comunidades e torná-las beneficiários deste processo, é uma estratégia prioritária. Identificar e mapear tais comunidades e populações tradicionais, caracterizar as tipologias etno-culturais culturais e sócio-econômicas nas quais se inserem (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, roceiros etc.) é uma tarefa essencial para traçar um plano estratégico de ação voltado a esse envolvimento e para subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a preservação de suas culturas e a sustentabilidade destas comunidades.

Como ressaltado na Meta 17 o Governo Brasileiro promoveu diálogos para sistematizar propostas estratégicas sobre biodiversidade por meio da iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” e destacou entre os cinco setores da sociedade

selecionados o de Povos e Comunidades Tradicionais. Dessa forma, os povos indígenas e as comunidades locais integraram-se também ao processo de construção de uma estratégia nacional de biodiversidade visando alcançar os objetivos as metas do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), estabelecido para 2020. Esta iniciativa buscou mudar o histórico de falhas do plano anterior, no qual a meta acordada pelos governos mundiais em 2002 não foi alcançada. A expectativa manifestada nestes fóruns pelos Povos Indígenas e Comunidades Locais foi de que suas contribuições alimentassem também o processo de regulamentação de uma legislação que traduza nacionalmente as metas de biodiversidade aprovadas na COP-10 da CDB, assim como, a posição apresentada à ONU pelo Governo Brasileiro para subsidiar os documentos de negociação da Rio+20. A institucionalização desta estratégia, seja do ponto de vista legal ou de políticas públicas, foi considerada um dos pilares do processo.

“Os diálogos sobre biodiversidade junto aos Povos Indígenas e Comunidades Locais, contaram com uma extensa agenda de qualificações direcionadas à formação de capacidade para a Rio+20, de forma que os participantes, representantes de todos os biomas e regiões do país, através de oficinas, reuniram esforços, conhecimentos tradicionais e específicos, saberes e práticas ancestrais em busca de respostas para uma visão brasileira de futuro. O documento dos Povos Indígenas, produzido durante a última oficina preparatória, aponta preocupações essenciais desses povos, principalmente em relação à demarcação e regularização dos territórios indígenas e às pressões e impactos ambientais agravados pelos empreendimentos econômicos de cunho desenvolvimentista fomentado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O documento também cita a necessidade do Brasil regulamentar internamente o Protocolo de Nagoya, bem como, a criação de um novo marco legal de proteção aos conhecimentos tradicionais e recursos genéticos.” (SONIA KAINANG).

Sem dúvida os povos e comunidades tradicionais são aqueles com maior potencial de serem prejudicados por alterações como as do clima, da degradação dos ecossistemas e dos serviços ambientais deles decorrentes, como por exemplo, acontece com relação à pesca e à escassez de



Participação da RBMA na Rio+20. Fotos: Clayton Lino

alimentos. Estes povos e comunidades, em geral, têm pouca voz em conflitos territoriais e de uso dos recursos naturais. As políticas que poderiam impulsionar suas formas de vida ainda acabam por ser insuficientes.

Em um panorama das principais ações do MMA e ICMBio com relação a comunidades locais extrativistas em 2012, tem-se:

- Fomento e orçamento previsto, para 2012 e 2013, de R\$ 35 milhões para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade e atualização de novos preços mínimos para 11 produtos extrativistas não madeireiros, sendo espécies da Mata Atlântica, a piaçava, o pinhão e a polpa do fruto da juçara;
- Publicação da Instrução ICMBio 29/2012, que orienta sobre o fortalecimento dos acordos de gestão para unidades de conservação de uso sustentável;
- Instituição, via portaria conjunta de novembro de 2012, do grupo de trabalho interministerial, tendo como objetivo a articulação e integração de programas e ações em resposta às reivindicações das comunidades extrativistas,
- Desenvolvimento de projetos envolvendo a repartição de benefícios para bioprospecção de patrimônio genético existente em áreas de comunidades tradicionais.

Pela RBMA estão em curso ações de apoio à implementação de políticas públicas como a de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão dos recursos advindos do ICMS-Ecológico, para que estes garantam o retorno para as



Participação da RBMA na Rio+20. Fotos: Clayton Lino

comunidades tradicionais que vivem dentro ou no entorno das UC. Também foram feitas articulações e propostas ao setor governamental e ao setor privado para que produtos das cadeias da sociobiodiversidade priorizadas para a Mata Atlântica (juçara, pinhão, e erva-mate), extrativismo orgânico sustentável e produção agroecológica realizados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares entrem na merenda escolar e em compras governamentais (ver metas 4 e 13), pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O palmito juçara inclusive é foco do Projeto Desenvolvimento de Modelos de Sistemas Agroflorestais para a Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), como estratégia de conservação da Mata Atlântica e de desenvolvimento local. O Projeto, desenvolvido pelo Programa Mercado Mata Atlântica da RBMA, pretende envolver pelo menos 20 famílias e uma associação comunitária na APA de Guaraqueçaba no Estado do Paraná, com potencial de fornecimento, para mercados potenciais, de frutos da juçara, tais como semente, alimento e bioprospecção, (ver Meta 16). Neste caso a precificação do produto deve levar em conta o preço de mercado com valor agregado de produto orgânico advindo do extrativismo sustentável e com o selo de origem do “Mercado Mata Atlântica - RBMA”, numa margem estimada pelo Projeto de até 30% de acréscimo ao valor praticado.

Considerando-se a relevância do conhecimento e a potencialidade de recursos advindos de áreas manejadas por estas populações tradicionais, as políticas e incentivos vigentes são insuficientes,



geralmente sendo atendidos por meio de programas isolados que não viabilizam de forma significativa as transformações almejadas pela Meta 18. Devem ser estimuladas as iniciativas instancias estaduais e municipais. Uma iniciativa inédita e de extrema importância do Município de Paraty, e que poderia ser estimulada em toda a Mata Atlântica e demais biomas, foi a promulgação da Lei Municipal N° 1835 de 10 de Janeiro de 2012, que estabelece Diretrizes e Objetivos para as Políticas

Públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município. Não se pode deixar de registrar aqui que, devido às incertezas para se estabelecer relações comerciais com estas comunidades, no que tange a repartição de benefícios, estes mesmos grupos têm sido às vezes evitados e aliçados de um modelo de negócios que valoriza os ativos da biodiversidade e o conhecimento não só das espécies, mas também do seu adequado manejo.

## DESTAQUES DA META

- A Mata Atlântica abriga centenas de povos e comunidades tradicionais que vivem do uso de seus recursos naturais e são exemplo de um convívio harmônico com o ambiente natural, e que dependem deste ambiente para manter seu modo de vida e sua cultura;
- Boa parte desses povos e comunidades tradicionais encontra-se “invisível”, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluída socialmente, já que a questão primordial vinculada a elas é o acesso a terra ou território;
- A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.040/07;
- Promulgação da Lei Municipal N° 1835 de 10 de Janeiro de 2012, que estabelece Diretrizes e Objetivos para as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Paraty, Rio de Janeiro;
- Os povos indígenas e as comunidades locais foram integrados pelo MMA à iniciativa de Diálogos para Biodiversidade e ao processo de construção de uma estratégia nacional para CDB 2020;
- Os povos indígenas apontam preocupações essenciais, principalmente em relação à demarcação e regularização dos territórios indígenas e às pressões e impactos ambientais agravados pelos empreendimentos econômicos de cunho desenvolvimentista;
- Os povos e comunidades tradicionais são aqueles com maior potencial de serem prejudicados por alterações como as do clima, da degradação dos ecossistemas e dos serviços ambientais deles decorrentes, como por exemplo, acontece com relação à pesca e à escassez de alimentos;
- Os povos e comunidades tradicionais, em geral, têm pouca voz em conflitos territoriais e de uso dos recursos naturais e as políticas que poderiam impulsionar suas formas de vida ainda acabam por ser insuficientes;
- Fomento e orçamento previsto, para 2012 e 2013, de R\$ 35 milhões (MMA/ICMBio) para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade e atualização de novos preços mínimos para 11 produtos extrativistas não madeireiros;
- Publicação da Instrução Normativa do ICMBio 29/2012, que orienta sobre o fortalecimento dos acordos de gestão para unidade de conservação de uso sustentável;
- Instituído pelo MMA /ICMBio em 2012, via portaria conjunta, o grupo de trabalho interministerial que se com objetivo de articulação e integração de programas e ações como resposta às reivindicações das comunidades extrativistas;
- Desenvolvimento pelo MMA/ICMBio de projetos envolvendo a repartição de benefícios para bioprospecção de patrimônio genético existente em áreas de comunidades tradicionais;

## DESTAQUES DA META

- Projeto Desenvolvimento de Modelos de Sistemas Agroflorestais para a Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), desenvolvido pelo Programa Mercado Sustentável da RBMA, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e de desenvolvimento local;
- Povos e comunidades tradicionais são evitados e aliçados de um modelo de negócios que valoriza os ativos da biodiversidade e o conhecimento não só das espécies, mas também do seu adequado manejo.

- Incluir na merenda escolar e nas compras públicas e privadas produtos das cadeias da sociobiodiversidade priorizadas para a Mata Atlântica (juçara, pinhão, e erva-mate), extrativismo orgânico sustentável e produção agroecológica realizada por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Regular internamente o Protocolo de Nagoya, bem como, a criação de um novo marco legal de proteção aos conhecimentos tradicionais e recursos genéticos;
- Ampliar o desenvolvimento de projetos envolvendo a repartição de benefícios para bioprospecção de patrimônio genético existente em áreas de comunidades tradicionais;
- Fomentar um novo modelo de integração e autosustentabilidade baseado na participação das comunidades locais, visando o desenvolvimento local que se associe ao desenvolvimento sustentável;
- Implementação da legislação nacional e dos compromissos internacionais referentes a inovações e práticas de comunidades indígenas e locais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- Assegurar a demarcação e regularização dos territórios indígenas e reduzir as pressões e impactos ambientais em seus territórios, agravados pelos empreendimentos econômicos de cunho desenvolvimentista e práticas não sustentáveis ;
- Trabalhar em parceria com os povos e comunidades tradicionais, tornando-as beneficiárias dos Objetivos e Metas Aichi /CDB 2020;
- Identificar e mapear povos e comunidades tradicionais da Mata Atlântica, caracterizando as tipologias etno-culturais culturais e sócio-econômicas nas quais se inserem (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, roceiros etc.).

## DESAFIOS QUE PERMANECEM

**Meta 19 - Até 2020, o conhecimento, a base científica e tecnologias ligadas à biodiversidade, seus valores, funcionamento, situação e tendências, e as consequências de sua perda terão sido melhorados, amplamente compartilhados, transferidos e aplicados**

A compreensão de que avanços qualitativos

somente podem ser obtidos em escala significativa de tempo e abrangência territorial, vincula-se à ideia de multidisciplinaridade das ações em prol da conservação. Tem-se visto cada vez mais o engajamento de ministérios de outras áreas que não a ambiental, traduzindo-se em programas e instrumentos legais voltados conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais dela advindos. Nos próximos parágrafos, será apresentada a essência da estratégia do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) para o período de 2012 – 2015, no que ela afeta a questão

da biodiversidade. A estratégia elenca dentre os desafios da nação a expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza e a ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono

Em abril de 2012 o MCTI lançou o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBR), cujo objetivo é garantir o uso de dados sobre biodiversidade e ecossistemas na elaboração e implementação de políticas, facilitando e integrando a informação sobre o tema na tomada de decisões e nos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Neste mesmo ano, o Brasil aderiu à Plataforma Internacional de Informações sobre Biodiversidade (GBIF)<sup>38</sup>, que é considerada a maior iniciativa mundial com objetivo de disponibilizar dados com acesso livre sobre biodiversidade na internet. Estas ações consideram a biodiversidade no novo contexto do fomento à economia verde, da pesquisa e do desenvolvimento.

O desafio do MCTI em 2011 foi o de planejar, estruturar e iniciar a implantação de estratégias que permitam, simultaneamente, o avanço no conhecimento da biodiversidade e a identificação de novas moléculas, produtos ou processos de efetivo potencial econômico. O objetivo de médio prazo é transformar o Brasil em uma liderança internacional tanto na pesquisa em biodiversidade, como no seu uso sustentável, revertendo parte dos lucros com a comercialização de produtos ou processos derivados da alta diversidade de espécies, na conservação do patrimônio natural.

Segundo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2012 – 2015 os objetivos para os setores denominados portadores de futuro são:

- Fármacos: implantar um amplo programa de fomento ao desenvolvimento de fármacos com base na biodiversidade e em conhecimentos tradicionais associados, o que intrinsecamente traz um elemento novo ao setor.

- Biotecnologia: desenvolver biotecnologias

<sup>38</sup> Além de oferecer ferramentas, treinamento e padrões para agilizar a digitalização, mobilização, descobrimento, acesso e uso de dados, o GBIF permitirá, por exemplo, o trabalho com cenários de mudanças climáticas e suas consequências na distribuição de espécies.

inovadoras que agreguem valor e promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias.

- Economia Verde / Biodiversidade e Ecossistemas: ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural.

A expectativa para a implementação destas ações é grande, pois o potencial de inaugurar uma desejada indústria que exemplifique e alavanque um real modelo de desenvolvimento que considere o equilíbrio entre todos os capitais, conforme abordado na Meta 2, é muito grande.

Para uma amostragem do conhecimento produzido e divulgado no último período, são listadas a seguir algumas publicações que se referem aos temas chave das metas CDB. Não se trata de um levantamento bibliográfico ou uma lista exaustiva, mas do destaque para novas séries ou ainda de material identificado durante a coleta de informações para compor este Anuário, inclusive as indicadas pelas instituições contatadas. A literatura que fundamenta a relatoria das metas está indicada ao longo do documento e imediatamente vinculada ao tema abordado, não sendo repetidas aqui. Deve-se ressaltar aqui ainda que anualmente inúmeras dissertações e teses foram defendidas versando sobre os mais diferentes aspectos afeitos ao bioma e que podem ser acessadas através de plataformas como o Scielo (Scientific Electronic Library Online), além das bibliotecas virtuais de universidades, instituições de pesquisa, governos e ONG.

- Resoluções do CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente (Brasil): Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>

- Manual da Vegetação Brasileira, lançado em 2012 pelo IBGE, é uma fusão de duas publicações anteriores, a Classificação da Vegetação Brasileira e o Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Constitui-se em uma obra de referência no mapeamento e

pesquisa da vegetação no Brasil e atualiza conceitos e conhecimentos acumulados em mais de 20 anos de pesquisas. Constituem-se informações fundamentais para a elaboração de políticas de manejo e conservação da biodiversidade, inclusive de criação de mais unidades de conservação

[ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos\\_naturais/manuais\\_tecnicos/manual\\_tecnico\\_vegetacao\\_brasileira.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf)



- Revista Biodiversidade Brasileira – BioBrasil, publicação eletrônica (ICMBio). Criada em 2011, a BioBrasil é editada duas vezes por ano e tem como objetivos a consolidação, a divulgação e a discussão das experiências e estratégias de conhecimento, conservação e manejo da biodiversidade brasileira e das unidades de conservação e a disponibilização dos resultados científicos da avaliação do estado conservação das espécies na fauna brasileira. Possui chamadas abertas para a seleção de artigos científicos.

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/>

- Diagnóstico da pesquisa em biodiversidade no Brasil. Revista USP no.89. São Paulo Março/Maio 2011.

[http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010399892011000200009&lng=es&nrm=iso](http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010399892011000200009&lng=es&nrm=iso)

- Emerging Threats and Opportunities for Large-Scale Ecological Restoration in the Atlantic Forest of Brazil. Restoration Ecology Vol. 19, No. 2, pp. 154–158 March 2011, de CALMON, M.; BRANCALION, P.H.; PAESE, A.; ARONSON, J.; CASTRO, P.; SILVA, S.C.; RODRIGUES, R.R..

- Comunicado IPEA. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. Sustentabilidade Ambiental no Brasil:

Número 78: Biodiversidade, Economia e Bem-Estar Humano. 2011.

Número 79: O Comércio Internacional e a Sustentabilidade Socioambiental no Brasil. 2011.

Número 82: O Uso do Poder de Compra para a Melhoria do Meio Ambiente. 2001 [http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1339&Itemid=68](http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68)

- Index Seminum - 2012<sup>39</sup> - dentro das suas finalidades, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro publicou o instrumento por meio do qual os jardins botânicos colocam à disposição dos interessados a sua coleção científica, para fins de intercâmbio sem fins lucrativos. Constitui-se num dos principais veículos de distribuição e disseminação de espécies vegetais, garantindo assim sua conservação. A novidade é a relação de espécies medicinais, com disponibilidade de sementes para intercâmbio.

- Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados, org.: ARAUJO, A.; MARQUES, C.P.; CABRAL, R. F. B. Instituto SEMEIA, 2012. [http://www.semeia.org.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=229:cap%C3%ADtulo-semeia-discorre-sobre-o-papel-do-setor-privado-para-a-conserva%C3%A7%C3%A3o&lang=pt](http://www.semeia.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=229:cap%C3%ADtulo-semeia-discorre-sobre-o-papel-do-setor-privado-para-a-conserva%C3%A7%C3%A3o&lang=pt)

- Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: a experiência das empresas brasileiras. CEBDS, 2012. [http://www.cebds.org.br/media/uploads/cebds3\\_final\\_portugues.pdf](http://www.cebds.org.br/media/uploads/cebds3_final_portugues.pdf)

<sup>39</sup> [http://www.jbrj.gov.br/pesquisa/banco\\_sem/Index\\_seminum.pdf](http://www.jbrj.gov.br/pesquisa/banco_sem/Index_seminum.pdf). Acessado em 1/4/2013.



• A Framework for Corporate Action on Biodiversity and Ecosystem Services.

UN Global Compact and IUCN. 2012. [http://unglobalcompact.org/docs/issues\\_doc/Environment/BES\\_Framework.pdf](http://unglobalcompact.org/docs/issues_doc/Environment/BES_Framework.pdf)

Outra iniciativa de destaque para melhoria e difusão do conhecimento é a do Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação da USP que, em parceria com pesquisadores do Brasil e do exterior, produz conhecimento científico e formação acadêmica de relevância com foco em Mata Atlântica. A USP Pesquisa e desenvolve significativas contribuições sobre ecologia da paisagem, ecologia espacial, modelagem ecológica e fragmentação do bioma, produzindo aperfeiçoamento metodológico e recomendações para a seleção de áreas protegidas, manejo de paisagem fragmentada e restauração. A lista de publicações pode ser obtida em: [http://](http://ecologia.ib.usp.br/lepac/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=47&Itemid=67)

[ecologia.ib.usp.br/lepac/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=47&Itemid=67](http://ecologia.ib.usp.br/lepac/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=47&Itemid=67)

Cabe ainda ressaltar a produção científica do Programa Biota/FAPESP, um exemplo de conhecimento científico que serve como base para aperfeiçoar políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade e fundamentou pelo menos 20 textos normativos, entre leis, resoluções e decretos que vigoram hoje no Estado de São Paulo e que vinculam decisões governamentais construídas a partir de pesquisa aplicada. Além de ter inspirado o mesmo modelo no Mato Grosso do Sul, influenciou a criação do SISBIOTA (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade). Biota Neotropica é uma revista do programa e que publica resultados de pesquisa original, vinculada ou não ao programa, que abordem a temática



Dunas Litoral de Sergipe. Foto: Clayton Lino.

## Panorama da Conservação dos Ecosistemas Costeiros e Marinhos no Brasil



Panorama da Conservação dos Ecosistemas Costeiros e Marinhos no Brasil, 2012.

caracterização, conservação e uso sustentável da biodiversidade na região Neotropical. <http://www.biotaneotropica.org.br/v12n4/pt/>

Comparativamente a outros biomas, a Mata Atlântica é privilegiada em termos de produção de conhecimento e também de divulgação científica. O número e a qualidade de instituições que produzem este conhecimento também são grande destaque para o Bioma. No entanto, um levantamento um pouco mais abrangente, evidencia lacunas expressivas, já conhecidas no meio acadêmico. Uma delas, apontada ao longo das metas, é a falta de estudos e análises econômico-financeiras. Outra lacuna observada há anos e que ainda não foi suprimida refere-se aos estudos taxonômicos, sem os quais não se produz a base de todas as ações.

Também com relação aos ecossistemas costeiros e

marinhos associados ao Bioma Mata Atlântica, torna-se imprescindível e urgente a adoção de medidas para a disseminação de conhecimentos sobre as características dos ecossistemas, ambientes e espécies marinhas e costeiras, sua atual situação de sobreexploração, fragilidade e risco perante o uso excessivo e inadequado, buscando-se a valorização de seus atributos e dos importantes serviços ambientais que prestam para a humanidade. A disseminação desses conhecimentos e informações deve considerar estratégias específicas que permitam atingir e mobilizar os diferentes segmentos da sociedade para sua conservação e uso sustentável, particularmente os formuladores de políticas públicas e formadores de opinião. Devem considerar as limitações de vivência e visualização direta do meio marinho, desenvolvendo mecanismos e ferramentas que permitam superar estas dificuldades e proporcionar oportunidades de compreensão e familiaridade com o mar e seus atributos, disseminando na sociedade o que se convencionou chamar de mentalidade marítima.

Neste contexto, o Ministério do Meio Ambiente, publicou em 2012 importante Documento: "Panorama da Conservação dos Ecosistemas Costeiros e Marinhos no Brasil". A referida publicação reúne informações sobre a legislação e as políticas federais para essa parcela do território do país, e apresenta um conjunto consistente de dados e análises que, de forma inédita, apontam quais ecossistemas já estão suficientemente protegidos por meio de unidades de conservação e quais as lacunas que merecem a atenção dos órgãos incumbidos do planejamento e da gestão dessa região. Ressalta iniciativas que possam fortalecer as atuais políticas públicas de recuperação de estoques pesqueiros e a conservação e manutenção dos serviços ambientais providos por essas áreas. Nesta publicação os dados sobre a conservação dos ambientes marinhos constituem um marco inicial para o aprofundamento de estudos e a formulação de medidas de conservação, como a criação de novas áreas protegidas e de áreas de exclusão de pesca, instrumentos que têm se mostrado bem-sucedidos no desafio de proteger e recuperar a vida marinha.



- Comparativamente a outros biomas, a Mata Atlântica é privilegiada em termos de produção de conhecimento e também de divulgação científica;
- É maior o engajamento de ministérios de outras áreas que não a ambiental, traduzindo-se em programas e instrumentos legais voltados conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais dela advindos;
- A estratégia do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) para o período de 2012 – 2015, para questão da biodiversidade, elenca dentre os desafios da nação a expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza e a ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de uma economia de baixo carbono;
- Lançamento em 2012 pelo MCTI do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBR), garantindo o uso de dados sobre a biodiversidade e ecossistemas na elaboração e implementação de política, facilitando e integrando a informação sobre o tema na tomada de decisões e nos processos de desenvolvimento;
- Em 2012 o Brasil aderiu à Plataforma Internacional de Informações sobre Biodiversidade (GBIF), que é considerada a maior iniciativa mundial com objetivo de disponibilizar dados com acesso livre sobre biodiversidade na internet.
- Em 2012 houve significativa contribuição na produção de conhecimento, a partir de teses, dissertações e artigos referentes aos temas das metas da CDB, com destaque para algumas publicações disponibilizadas: Manual da Vegetação Brasileira, lançado pelo IBGE; Index Seminum - Jardim Botânico do Rio de Janeiro ; Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados, Instituto SEMEIA/Instituto SEMEIA; Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: a experiência das empresas brasileiras. CEBDS; A Framework for Corporate Action on Biodiversity and Ecosystem Services UN Global Compact and IUCN;
- Em 2012 destacaram-se o Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação da USP que, em parceria com pesquisadores do Brasil e do exterior, produziu conhecimento científico e formação acadêmica de relevância com foco em Mata Atlântica e a Produção científica do Programa Biota/FAPESP, exemplo de conhecimento científico que serve como base para aperfeiçoar políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- Criação do SISBIOTA (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade) e da Revista Biota Neotropica que publica resultados de pesquisa original que abordem a temática caracterização, conservação e uso sustentável da biodiversidade na região;
- Publicação em 2012 do “Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil” (MMA) que reúne informações sobre a legislação e as políticas federais para essa parcela do território, e apresenta de forma inédita um conjunto consistente de dados e análises.

- Elaboração e publicação de listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas anualmente;
- Ampliar a disponibilização e difusão das pesquisas e estudos relacionados à biodiversidade para toda a sociedade;
- Intercambio de experiências com a realização de estudos e pesquisas;
- Aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira fomentando a pesquisa e difusão do conhecimento;

- Implantar um amplo programa de fomento ao desenvolvimento de fármacos com base na biodiversidade e em conhecimentos tradicionais associados, o que intrinsecamente traz um elemento novo ao setor;
- Desenvolver biotecnologias inovadoras que agreguem valor, promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias.
- Ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural;
- Inaugurar uma desejada indústria brasileira que exemplifique e alavanque um real modelo de desenvolvimento, considerando o equilíbrio entre todos os capitais;
- Reduzir as lacunas expressivas na produção do conhecimento, com destaque para estudos e análises econômico-financeiras; estudos taxonômicos; adoção de medidas para ampliar o conhecimento sobre as características dos ecossistemas, ambientes e espécies marinhas e costeiras;
- Disseminação dos conhecimentos e informações sobre as características dos ecossistemas, ambientes e espécies marinhas e costeiras, adotando estratégias específicas que permitam a formação de uma mentalidade marítima.

**Meta 20 - Até 2020, no mais tardar, a mobilização de recursos financeiros para a implementação efetiva do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, oriundos de todas as fontes e em conformidade com o processo consolidado e acordado na Estratégia de Mobilização de Recursos, deverá ter aumentado substancialmente em relação aos níveis atuais. Essa meta estará sujeita a alterações decorrentes das avaliações da necessidade de recursos a serem elaboradas e relatadas pelas Partes**

Durante a 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, a COP11, que aconteceu em Hyderabad, na Índia, em 2012, o Brasil mostrou que o país tem condições e disposição para cumprir as recomendações internacionais. O governo brasileiro não teve dificuldade em mostrar durante a Conferência, avanços na adaptação das Metas de Aichi, conseguindo ampliar o debate sobre a conservação da biodiversidade envolvendo representantes de vários setores. Na COP 11, além

da discussão sobre a assinatura e implementação do Protocolo de Nagoya, o marco regulatório para definir o acesso a recursos genéticos, o tema que dominou as negociações oficiais e os debates paralelos entre os representantes de mais de 100 países presentes, foi a mobilização de recursos para o cumprimento das metas nacionais e globais. A discussão sobre as estratégias para mobilização de recursos para conservação biológica do planeta destacou-se como assunto mais polêmico. Embora na COP 10 tenha sido reconhecida e destacada a necessidade de adotar ações para estancar a perda de espécies no mundo, na COP 11 o balanço e a sinalização neste sentido foi polemica, o que era em parte esperado em decorrência dos efeitos da crise financeira mundial que vem dificultando o comprometimento de nações mais ricas com a injeção de recursos para viabilizar estas mudanças.

Quanto custa a implementação efetiva do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020? Quanto deste recurso já existe em forma de orçamento público destinado a biodiversidade e que pode ser otimizado? Quanto do montante necessário poderá ser viabilizado com a parceria do setor privado, seja por meio da transformação dos processos produtivos, seja por investimento em parcerias, seja por desenvolvimento de novos negócios? Parte das repostas passa pelo debate sobre contas nacionais e produção e consumo sustentáveis (Meta 2) e

parte passa pelo financiamento de unidades de conservação ou negócios baseados nos ativos da biodiversidade.

O que todo o material e informações compiladas neste documento mostram é que se os desafios são imensos, as oportunidades de se viabilizar novas fontes de recursos também nunca foram tão presentes. Contribuem para isso a maior maturidade da sociedade sobre a importância do nosso capital natural, os inúmeros estudos e conhecimentos adquiridos nos últimos anos. A exigência de articulações, negociações, parcerias e outras formas de colaboração, inclusive com novos atores, principalmente os antagonistas, terão que ganhar espaço, o que implicará em novas habilidades e formas de trabalho. As experiências de diálogos multi setoriais são bons exemplos.

Tabela 22. Aportes dos editais do PPMA II.

Edital	Tema	Valor (milhões R\$)	Projetos apoiados
03/2010	Criação de UC	1,45	4
04/2010	PSA	4,8	8
05/2010	PSA e Adequação Ambiental	4,3	16
Total		10,55	28

Fonte: FUNBIO, 2013 (com. pessoal)

Uma das mais expressivas novidades em termos de financiamento à conservação da biodiversidade foi a criação da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, uma vez que não há tradição por parte do banco de desenvolvimento em apoiar projetos não reembolsáveis voltados à conservação da biodiversidade. A previsão é que sejam investidos 45 milhões na contratação de 18 projetos para a restauração de mais de três mil hectares em áreas públicas, privadas e em unidades de conservação (ver Meta 15). Igualmente vinculado ao BNDES, o Fundo Amazônia<sup>40</sup> prevê a utilização de até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento do desmatamento em outros biomas brasileiros. Na carteira de projetos do fundo, com posição de dezembro de 2012, não há dado que indique o aporte de recursos para ações em Mata Atlântica. O valor aportado no

<sup>40</sup>O Fundo Amazônia destina-se à captação de recursos de doações voluntárias para o apoio não reembolsável a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e para a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas na Amazônia. [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Topo/FAQ/respostas.html#perg03](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Topo/FAQ/respostas.html#perg03). Acessado em 10/3/2013.

Como é sabida, a maior parte dos recursos que subsidiam ações de conservação e uso sustentável advêm de governos e outro montante do terceiro setor. No período de 2011/2012 teve destaque o Projeto Proteção da Mata Atlântica II, do MMA, gerido pelo FUNBIO e que marca a segunda fase do Atlantic Forest Conservation Fund (AFCoF), com valor de R\$ 16,9 milhões e duração prevista de três anos (2010-2013). O projeto visa contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica. Entre as atividades previstas estão o apoio a ações de identificação e criação de unidades de conservação, o estímulo de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais, além da criação de um sistema de monitoramento para o bioma. Em 2011 foram contratadas as propostas aprovadas no Edital 05/2010, sendo que a grande maioria dos projetos financiados foi de PSA e Adequação Ambiental.

fundo nesta data era de 440 milhões. O fundo não é um programa de governo, mas um mecanismo de arrecadação de recursos para apoio a projetos que estejam em consonância com políticas já aprovadas pelo governo brasileiro.

Além das fontes federais, há também os programas estaduais de financiamento O Fundo Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, aportou 39 milhões em UC das três esferas de governo no ano de 2012. O custeio de material de consumo e permanente vem sendo realizado através desta fonte.

A diversificação e a complementação de fontes e mecanismos, bem como o uso da criatividade no desenvolvimento de novos formatos, abordagens e linguagens podem fazer grande diferença no panorama de mobilização de recursos financeiros necessários para se implementar o plano nacional. Uma maneira de se criar sinergias é colocar pessoas e ideias em contato. A Carteira Fauna Brasil, por exemplo, é um mecanismo financeiro que recebe

recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Além de um Banco de Projetos, onde projetos em execução que necessitam de novos aportes financeiros podem se cadastrar, para divulgação e captação de apoio, os projetos são organizados na Vitruve de Projetos. O projeto é uma parceria entre o IBAMA o ICMBio e o Ministério Público Federal, gerido pelo FUNBIO

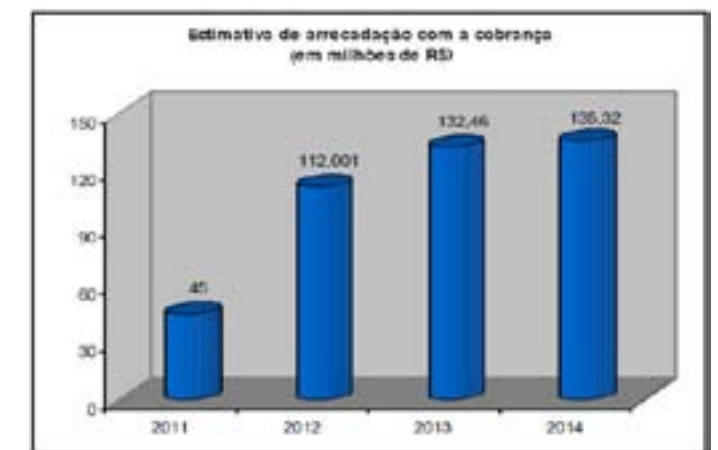
Modelo inédito no país, a Bolsa Verde do Rio de Janeiro, inaugurada ao final de 2012, e que foi concebida a partir da visão de que mecanismos de mercado podem ser eficientes para o cumprimento de políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável. A Bolsa de Valores Ambientais atuará em duas atividades principais: desenvolver mecanismos de mercado para serviços e ativos ambientais e prover e operar uma plataforma de negociação para estes ativos. Uma das ideias é o crédito de reserva legal. A comercialização de créditos para compensação é bastante desenvolvida em países como Estados Unidos e a Austrália. Na Austrália a iniciativa coube a dois estados (Victoria em 2007 e New South Wales em 2010) e uma iniciativa federal está em formatação.

A quantificação e a qualificação dos custos para a conservação da biodiversidade embora ainda sejam tímidas no Brasil, contam com alguns esforços significativos, majoritariamente focados em áreas protegidas, sendo o relatório Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional um deles. O Instituto SEMEIA aplicou um questionário junto a gestores de UC onde indagou: "Se o Plano de Manejo do Parque fosse implementado, quanto custaria?". Em alguns casos, não havia nem mesmo clareza sobre o atual montante gasto para a conservação do parque. Ainda em áreas protegidas, a ONG tem dado importante contribuição a gestão financeira da

conservação ao desenvolver ferramentas como o modelo de tomada de decisão e estudo de viabilidade. As equipes técnicas do ICMBio, já há alguns anos, além dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, também desenvolvem significativo conhecimento no assunto. Em termos de financiamento de unidades de conservação, o Estado do Rio de Janeiro saiu na frente ao gerar por meio da preservação do seu capital natural, recursos que serão aplicados exclusivamente na área onde o serviço for originado (Decreto 43.946/2012 – Meta 14).

Um dos instrumentos financeiros mais debatidos e testados nos últimos anos é o da cobrança pelo uso da água. O volume de recursos vem aumentando expressivamente e precisa remunerar ações que efetivamente promovam a restauração e conservação do serviço provido. Para São Paulo, a figura 7 mostra a significativa evolução na arrecadação nos últimos anos e a projeção para 2014.

Gráfico 11 - Projeção do montante a ser arrecadado pela cobrança pelo uso de água de domínio do Estado de SP (em milhões de reais/ano).



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2012





## DESTAQUES DA META

- Na COP 11, além da discussão sobre a assinatura e implementação do Protocolo de Nagoya, o marco regulatório para definir o acesso a recursos genéticos, o tema que dominou as negociações oficiais e os debates paralelos entre os representantes de mais de 100 países, foi a mobilização de recursos para o cumprimento das metas nacionais e globais;
- Como consequência de maior maturidade da sociedade sobre a importância do nosso capital natural, dos inúmeros estudos e conhecimentos adquiridos nos últimos anos, as oportunidades de se viabilizar novas fontes de recursos também nunca foram tão presentes. As experiências de diálogos multi setoriais são bons exemplos;
- No período de 2011/2012 teve destaque o Projeto Proteção da Mata Atlântica II, do MMA, gerido pelo FUNBIO e que marca a segunda fase do Atlantic Forest Conservation Fund (AFCoF), com valor de R\$ 16,9 milhões e duração prevista de três anos (2010-2013);
- Novidade expressiva em termos de financiamento à conservação da biodiversidade foi a criação da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, que tem previsão de investir 45 milhões na contratação de 18 projetos para a restauração de mais de três mil hectares em áreas públicas, privadas e em unidades de conservação;
- O Fundo Amazônia prevê a utilização de até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento do desmatamento em outros biomas brasileiros;
- Além das fontes federais, há também os programas estaduais de financiamento com destaque para O Fundo Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro que aportou 39 milhões em UC das três esferas de governo no ano de 2012 e para o Programa REFLORESTAR lançado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em parceria com a VALE, cuja meta é ampliar em 30 mil hectares a cobertura florestal do Espírito Santo até 2014, prevendo um orçamento de 16 milhões;
- A Carteira Fauna Brasil, parceria entre o IBAMA, o ICMBio e o Ministério Público Federal, gerida pelo FUNBIO, recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Para divulgação e captação de apoio os projetos são organizados na "Vitrine de Projetos";
- Modelo inédito no país, a Bolsa Verde do Rio de Janeiro, inaugurada ao final de 2012, atuará em duas atividades principais: desenvolver mecanismos de mercado para serviços e ativos ambientais e prover e operar uma plataforma de negociação para estes ativos;

## DESTAQUES DA META

- A quantificação e a qualificação dos custos para a conservação da biodiversidade embora ainda sejam tímidas no Brasil, contam com alguns esforços significativos, majoritariamente focados em áreas protegidas, sendo o relatório Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional um deles;
- O Instituto SEMEIA tem dado importante contribuição a gestão financeira da conservação ao desenvolver ferramentas, especialmente para parcerias público - privadas em áreas protegidas, como o modelo de tomada de decisão e estudo de viabilidade;
- Um dos instrumentos financeiros mais debatidos e testados nos últimos anos é o da cobrança pelo uso da água. O volume de recursos vem aumentando expressivamente e precisa remunerar ações que efetivamente promovam a restauração e conservação do serviço provido.

- Parte das repostas para mobilização de recursos passa pelo debate sobre contas nacionais e produção e consumo sustentáveis e parte passa pelo financiamento de unidades de conservação ou negócios baseados nos ativos da biodiversidade;
- A exigência de articulações, negociações, parcerias e outras formas de colaboração, inclusive com novos atores, principalmente os antagonísticos, terão que ganhar espaço, o que implicará em novas habilidades e formas de trabalho;
- A diversificação e a complementação de fontes e mecanismos, bem como o uso da criatividade no desenvolvimento de novos formatos, abordagens e linguagens podem fazer grande diferença no panorama de mobilização de recursos financeiros necessários para se implementar o plano nacional. Uma maneira de se criar sinergias é colocar pessoas e ideias em contato;
- Ampliar o montante de recursos disponíveis para áreas protegidas e projetos de conservação, utilizando, por exemplo, de forma estratégica, planejada e transparente, o mecanismo de compensação ambiental, tanto nos processos de licenciamento ambiental federal quanto nos estaduais e municipais;
- Viabilização de um aumento dos aportes internacionais para a conservação da biodiversidade.

## DESAFIOS QUE PERMANECEM





# OBJETIVO ESTRATÉGICO E CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

É importante que a transversalidade e o diálogo que começam a transparecer em algumas agendas comuns estabelecidas entre ministérios, também se amplifique para os níveis estaduais e municipais. Não somente entre órgãos do executivo, mas também com outros setores da sociedade como o legislativo, a academia, com organizações não governamentais e o setor privado. A interação, por exemplo, entre universidade e empresa se mostra como uma questão estratégica para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Esta composição multi atores é desafiadora pois são interesses muitas vezes diversos, e diferentes estratégias de gestão. Mas é fundamental e necessária esta articulação pela complexidade das metas a serem conquistadas, pela demanda por se percolar as questões da biodiversidade nos vários segmentos da sociedade e principalmente porque as expertises e os pontos de vista se enriquecem e se enraízam a partir da interação.

O Brasil avançou de forma significativa com relação ao Objetivo Estratégico E da Convenção quando o Ministério do Meio Ambiente e demais parceiros lançou a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade” com o principal objetivo de construir de forma participativa as metas nacionais relacionadas ao Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica para 2020. Foi um rico processo de construção de consensos entre diversos atores interessados sobre o tema, sobre o que é preciso fazer para que o Brasil cumpra as metas de biodiversidade da CDB até 2020, totalmente em consonância com a Meta 17.. O Conselho Nacional de Biodiversidade- CONABIO, subsidiado pelos resultados deste processo denominado “Diálogos para Biodiversidade”, aprovou recentemente a Resolução CONABIO no 6 , que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Além das 20 metas nacionais o documento registra sete princípios norteadores da sua implementação, definindo assim uma estratégia brasileira para garantir a conservação de espécies em território

nacional. Para tanto é fundamental que o processo participativo estabelecido por ocasião dos “Diálogos para Biodiversidade” seja retomado de imediato e ampliado para todos os segmentos da sociedade, estimulando a apropriação por toda a nação brasileira dos compromissos assumidos pelo país. Este desafio deve ser enfrentado de forma conjunta e articulada com as três instancias de Governo, Federal, Estaduais e municipais, com o setor empresarial e o terceiro setor.

Os obstáculos para o alcance das demais metas deste Objetivo E, além da Meta 17 são bem maiores. Por exemplo, embora tenha havido avanços no ultimo período , na obtenção de informações e dados, o esforço nesse sentido, ainda é muito grande e em certos casos não é efetivo, o que resulta em um verdadeiro empecilho para a elaboração de projetos ou políticas públicas que teriam melhores resultados se melhor embasados. Acredita-se ainda que muitos dados e informações valiosas sejam subaproveitadas porque não são sistematizadas, analisadas e divulgadas de forma contínua. Observa-se que entidades com orçamentos que poderiam fazer frente a uma comunicação adequada e estruturada, estão aquém neste sentido, e não socializam adequadamente suas informações e seu conhecimento.

A sistematização de indicadores socioambientais sem dúvida é ainda um desafio, principalmente a construção de índices sintéticos embora estes tenham papel fundamental na construção de futuras políticas públicas (ver Meta 2). Com então aferir progressos, correção de rumo ou ainda novas políticas, substitutas ou complementares? Aos poucos, algumas evoluções tomam espaço. Instituições de referência como IBGE e IPEA, cada vez mais produzem informações e análises sobre meio ambiente, sustentabilidade, biodiversidade e Mata Atlântica, o que somente pode ser considerado muito positivo, inclusive porque agregam expertises em grau inédito e complementar ao já existente.

Os comunicados do IPEA, por exemplo, têm como premissa uma estratégia muito interessante que é a de serem sintéticos e objetivos, sendo posteriormente sucedidos por outros formatos como notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações. Faz-se especial menção ao número Biodiversidade (78) da série de Comunicados sobre Sustentabilidade Ambiental, parte do projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, que busca servir como plataforma de sistematização e reflexão sobre os desafios e as oportunidades do desenvolvimento nacional, de forma a fornecer ao Brasil o conhecimento crítico necessário à tomada de posição frente aos desafios da contemporaneidade mundial. Muitas outras organizações, de acordo com seu perfil, podem oferecer valiosas contribuições para a conservação da biodiversidade e para a discussão sobre o modelo de desenvolvimento do país, mas não são estabelecidas parcerias de forma suficiente e contínuas para tanto, perdendo-se uma grande oportunidade de se avançar mais rapidamente no alcance inclusive deste Objetivo Estratégico da CDB e suas metas.

Uma grande lacuna de conhecimento refere-

se ao campo econômico-financeiro, de planos de negócios, de estudos de viabilidade, de cálculos de taxaço e tributação. A formação de profissionais “híbridos” precisa ser introduzida não só na universidade, mas também no processo de aperfeiçoamento de gestores e técnicos. Estudos como Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2009), devem ser atualizados e ampliados por iniciativas estaduais e municipais que desenvolvam as questões abordadas conforme as especificidades de seus sistemas. Nota-se, no entanto, uma mudança que pode parecer sutil, mas que na verdade é muito significativa. Até muito pouco tempo atrás não se ouvia falar em ativos da biodiversidade, ativos ambientais, ou seja, a nomenclatura agora também pode seguir os balanços contábeis. É importante reduzir os passivos e investir na concepção de ativos.

De maneira geral falta às empresas o conhecimento sobre como a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos estão relacionados aos seus negócios, ou seja, quais são seus impactos (positivos e negativos) e quais são suas dependências. Ao longo deste documento, foram relatadas várias





iniciativas como programas, cursos ou publicações, que focam suprir esta lacuna. A sinergia é mais do que necessária, pois não será possível alcançar as metas de Aichi sem a participação da iniciativa privada.

O envolvimento do setor de negócios vem amadurecendo significativamente desde a COP 8 (2006 – Curitiba) tendo obtido ponto alto em Nagoya (COP 10 -2010), onde houve várias discussões e apresentações de casos de diferentes setores da economia, com expressiva participação de empresas brasileiras ou atuantes no país, além das inúmeras iniciativas vinculadas, tais como TEEB Brasil para o setor de Negócios . O setor também participou da construção dos Diálogos Nacionais para Biodiversidade, contribuindo nas discussões com ideias e sugestões. É grande a potencialidade do setor para contribuir significativamente oferecendo sua expertise em planejamento e gestão financeira, estruturação de negócios, comercialização etc. Um campo que está sendo explorado com maior ênfase nos últimos anos envolve o turismo. Segundo os estudos do Instituto SEMEIA, com relação a estes serviços em áreas protegidas, ao redor do mundo os casos economicamente mais expressivos terceirizam a operacionalização do turismo para a iniciativa privada. Não se trata, no entanto, de uma concessão tradicional, ou seja, daquelas que ocorrem cotidianamente para infraestrutura, por exemplo, mas sim de um modelo que necessariamente gere resultados para a conservação, da área protegida e do entorno. Tampouco se trata de uma receita padrão. Para micros e pequenas empresas, há inclusive o reconhecimento crescente da pertinência de políticas de apoio à inovação empresarial, que incluem desde crédito tributário sobre o investimento em pesquisa & desenvolvimento até recursos não reembolsáveis. Este tipo de empreendimento, por ser mais descentralizado e eventualmente mais próximo de comunidades e recursos naturais ou ainda, por trabalhar com um volume menor de insumos, pode se adequar mais facilmente a negócios cuja produção demanda padronização e grandes escalas e dificilmente pelo manejo sustentável (MONTANARI, 2002).

É muito claro que os recursos disponíveis são ainda amplamente oriundos do orçamento público. O papel dos governos é fundamental ao sinalizar, induzir e fortalecer indicar caminhos Sua



importância não se resume ao direcionamento de importantes somas de recursos mas a algo mais importante, que é o direcionamento de valores e de visão de desenvolvimento, de sustentabilidade. Investir no que se pode chamar de infraestrutura natural, ainda não é visto como investimento, mas como custo. Ao mesmo tempo tem-se que equacionar e garantir as necessidades humanas de longo prazo, assim como uma economia estável e a geração de empregos.

A inovação vem ganhando espaço neste processo. A recente adequação de um modelo e ambiente clássico de mercado - a Bolsa - que passa a comercializar ativos ambientais é uma nova estratégia que poderá se ampliar e alavancar a mobilização de recursos, especialmente privados. É importante investir em pesquisas de programas de incentivo que possuam sinergia com práticas socioambientais. Também neste sentido deveria ser replicada pelos diversos setores, a iniciativa do PNAE, que estimula que 30% da alimentação escolar seja adquirida pela agricultura familiar. O governo paga 30% a mais por produtos orgânicos, e pode criar boas sinergias com os objetivos da CDB ao dar prioridade para os produtores de comunidades tradicionais. Trata-se de dois modelos bastante diferentes, que podem atender perfis igualmente diversos.

Outra questão também inédita e importante de ser fortalecida no processo implementação e monitoramento do Plano de Ação da Estratégia Nacional é o recorte por bioma considerando as peculiaridades biogeofísicas, influenciadas por inúmeras determinantes tais como, densidade demográfica, histórico de ocupação, estrutura institucional, economia local e regional dentre vários outras.

Recomenda-se fortemente que os governos subnacionais desenvolvam suas próprias metas e planos, alinhadas à estratégia nacional, e que inclusive os municípios considerem estes desafios nos seus PPMA e demais instrumentos de gestão, inclusive identificando orçamento e lacunas para a implementação. O engajamento dos governos estaduais e também municipais será uma das bandeiras fortes para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- RBMA para o ANUARIO 2014.